



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR:

Estudo de caso de uma criança com Deficiência Intelectual
do segundo ano do Ensino Fundamental

LUANA SILVA ARAÚJO

BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO DE 2014

LUANA SILVA ARAÚJO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR:
Estudo de caso de uma criança com Deficiência Intelectual
do segundo ano do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire.

BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO DE 2014

LUANA SILVA ARAÚJO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR:

Estudo de caso de uma criança com Deficiência Intelectual
no segundo ano do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire.

Comissão Examinadora:

Professora Doutora Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire (Orientadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professora Doutora Maria Carmen Villela Rosa Tacca (Examinadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professora Doutora Edeilce Aparecida Santos Buzar (Examinadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professora Doutora Silmara Carina Dornelas Munhoz (Examinadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Brasília, 28 de novembro de 2014.

À Ana Helena e Ana Paula, minha mãe e minha tia,
pela contribuição na minha formação no Curso de
Pedagogia, pelo carinho e dedicação.

Ao Gilder, meu namorado, companheiro e amigo,
por estar ao meu lado durante toda minha trajetória
acadêmica me apoiando e incentivando a trilhar
meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por me guiar tanto nos momentos bons quanto difíceis, pelo amor, pelos momentos de paz, por sempre estar presente durante toda a minha vida e pelas oportunidades de crescimento, dádivas que recebo a cada superação.

Agradeço à minha mãe, Ana Helena da Silva, por ser amiga, amável, compreensiva, por me dar apoio a todo instante. Durante a graduação me orientou a ser persistente, não desistir diante dos desafios e a ser confiante até alcançar aquilo que tanto almejo. Mostrou-me que todas as pessoas têm suas limitações e que devemos respeitá-las. É uma das pessoas mais importantes para mim, quem está sempre disposta, com todo amor e carinho, a me ajudar a alcançar meus objetivos.

Devo agradecimento também a minha tia, Ana Paula Araujo, minha segunda mãe e madrinha, sempre alegre e disposta a me apoiar. Junto a minha mãe biológica, foi quem me orientou durante a trajetória escolar e de vida. Ensinou-me que tudo na vida tem uma solução, mesmo quando parece impossível de resolver. Levei esse ensinamento como inspiração durante todo o curso de Pedagogia.

Agradeço ao meu namorado, Gilder Ribeiro Jacomini, que esteve ao meu lado durante minha trajetória acadêmica, por ser companheiro e amigo a todo o momento, por ser compreensível nos meus momentos de dificuldades. Agradeço pelo carinho, atenção e amor.

Ao meu tio, Valterci, meu reconhecimento por ter sido meu apoio em alguns momentos importantes durante a trajetória na Universidade de Brasília (UnB).

Sou grata a minha ex-professora, Cida Divina, por ter me ensinado as lições básicas para iniciar a vida escolar, por ser minha inspiração para exercer a profissão de professora. Ensinou-me não somente conteúdo das disciplinas escolares, mas coisas essenciais para a vida social.

A Jéssica Nayara, que me apoiou desde o início da graduação.

Aos professores da Faculdade de Educação, principalmente, Carmen Tacca, Edeilce Buzar e Silvia Estér Orrú, pelas aulas bem ministradas e por colaborarem, indiretamente, na construção desta monografia.

A minha orientadora, Sandra Ferraz, pela atenção, compreensão, por ser prestativa e por me orientar não somente em questões acadêmicas, mas da vida pessoal. Agradeço pelo apoio que me deu durante a construção deste trabalho

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
PARTE 1	11
APRESENTAÇÃO	12
MEMORIAL EDUCATIVO	13
PARTE 2	16
INTRODUÇÃO	17
O CASO ANA	21
Trajetória escolar de Ana.....	21
a) A perspectiva da mãe	21
b) Meu encontro com Ana	23
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	27
Ponto de vista da mãe de Ana	27
AS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIAL, AFETIVO, FÍSICO-MOTOR DE ANA CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA.....	30
Linguagem.....	30
Desenvolvimento	33
Subjetividade.....	34
O PAPEL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E DA FAMÍLIA NA GARANTIA DOS DIREITOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	39
Diferença entre integração e inclusão	44
Direitos.....	44
Exclusão tem solução?	47
A inclusão deve ocorrer somente na escola?.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
PARTE 3	50
PERSPECTIVAS FUTURAS	52

REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	55
APÊNDICE “A” – Planos de aula.....	56
APÊNDICE “B” – Imagens registradas durante as intervenções pedagógicas	59
APÊNDICE “C” – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	62
APÊNDICE “D” – Roteiro de entrevista	63

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender como ocorre o desenvolvimento global de uma criança com 07 (sete) anos que tem deficiência intelectual, em situação de inclusão escolar em uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental de escola pública do Distrito Federal. A pesquisa inicia-se com a história da criança participante da pesquisa em questão, onde é relatado pela mãe os acontecimentos mais importantes sobre a trajetória escolar da criança, desde a educação infantil até a primeira metade do segundo ano do Ensino Fundamental, depois há complementação sobre a minha interação com a criança em ambientes familiar e escolar. Posteriormente tem o referencial teórico que é dividido em duas partes, a primeira sobre linguagem, desenvolvimento, subjetividade e aprendizagem fazendo conexão com o estudo de caso; e a segunda parte são abordados assuntos referentes à inclusão escolar e leis sobre o dever da família e da instituição escolar na garantia dos direitos da criança com deficiência sempre se reportando ao caso em estudo.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Desenvolvimento infantil. Aprendizagem escolar. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

The present project intended to comprehend how the global development of a 07 (seven) years old child who has intellectual disable occurs, in a situation of school inclusion in a second grade class of elementary school on a public school in Distrito Federal. The research begins with the story of the participating child of this research, in which is reported by the child's mother the most important events about hers school career since early education until the first half of second grade of elementary school, next there is the complementation of my interection with the child in family and school environment. Then, there is the theoretical reference which is divide in two parts, the first one is about language, development, subjectivity and learning connecting with the case study, and in the second part themes that refers to school inclusion and laws about school's and family's obligations in ensuring the disabled child's rights always referring to the case study.

Keywords: School inclusion. Child development. School learning. Intelctual disable.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	- Atendimento Educacional Especializado
Art.	- Artigo
CF	- Constituição Federal
CRE	- Coordenadoria Regional de Educação
DA	- Deficiente Auditivo
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
MEC	- Ministério da Educação
MG	- Minas Gerais
N.	- Número
PL	- Projeto de Lei
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SAMU	- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
TA	- Tecnologia Assistiva
ZDP	- Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial

PARTE 1

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de monografia, realizado como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia é reflexo da minha trajetória acadêmica no curso. A sua estrutura está de acordo com as normas estabelecidas no Projeto Acadêmico da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB). O trabalho está estruturado em forma de ensaio, portanto está dividido da seguinte maneira: memorial educativo, estudo de caso e referencial teórico.

No memorial educativo está representada toda a trajetória escolar e acadêmica da pesquisadora, desde a educação infantil até o ensino superior.

O estudo de caso é sobre a inclusão de uma criança com deficiência intelectual em turma reduzida do ensino regular em uma escola pública do Distrito Federal, com base em entrevista, observações no ambiente escolar e familiar e intervenções pedagógicas.

O referencial teórico discorre sobre inclusão escolar, desafios e perspectivas da instituição escolar e da família quanto ao desenvolvimento global da criança com necessidades educacionais específicas com o objetivo de propor reflexões acerca da forma como está posta a inclusão escolar referente ao desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.

MEMORIAL EDUCATIVO

A minha trajetória escolar, de maneira geral, foi bem tranquila e com ótimos professores. Estudei em três escolas públicas desde o Jardim de Infância até o Ensino Médio.

Iniciei os estudos com 04 anos de idade em uma escola pública de Ceilândia, uma escola tranquila e muito elogiada pela boa gestão e qualidade de ensino. Foi onde eu mais gostei de estudar, pois os professores eram atenciosos e, acredito, faziam um bom trabalho pedagógico. Lembro-me de vários momentos do Jardim de Infância até a 4ª série, apesar de ser muito nova naquela época. Tenho recordações das músicas que eram cantadas na hora do lanche, do intervalo durante as brincadeiras, lembro-me de cada professor, falo no masculino, pois por incrível que pareça, tive um professor homem por pouco tempo, mas tive. Inicialmente achava estranho, mas ao mesmo tempo me sentia diferente por ter um professor e não uma professora.

Havia um bloco de salas separadas para alunos com deficiência auditiva, chamados de DA (Deficiente Auditivo). Não compreendia a sigla, mas sabia que eram crianças diferentes e que de alguma forma eram impedidos de socializar com as crianças de outros blocos. Apesar dos professores não deixarem os alunos interagirem eu sempre ia ao bloco dos alunos com deficiência auditiva observar a forma como eles conversavam, queria aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e “oi” foi a primeira palavra que aprendi, não lembro quem me ensinou e quando, porém não esqueci.

Uma das pessoas mais importantes a participar, nessa época, do meu desenvolvimento, como pessoa e estudante, é a professora Cida Aparecida. Ela sempre elogiava minhas atividades, reconhecia meus avanços e isso fazia com que eu tivesse mais vontade de voltar para a escola no dia seguinte. O papel dela como professora foi tão marcante que durante o estágio obrigatório supervisionado na graduação, quando tinha algum impasse e não sabia o que fazer com e para os alunos, então, ficava imaginando o que a Cida fazia na turma em que eu estudava. Recordava atividades e atitudes que eu poderia aplicar em uma aula ou como poderia conduzir a aprendizagem de um aluno. Enfim, durante todo esse período de prática docente na minha formação, ela foi a minha fonte de inspiração, especialmente na regência.

No ano em que terminei a 4ª série, a minha tia e minha mãe me prepararam para as mudanças escolares do próximo ano. Eu teria vários professores, várias disciplinas e iria para um novo ambiente. A transição foi tão bem feita, que consegui me adaptar com mais facilidade à nova escola.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, era comum apresentação oral de trabalho. Eu tinha vergonha de falar em público, pois todos ficavam me olhando. Então, para vencer essa limitação, comecei a participar de atividades que exigissem que eu tivesse que falar, procurava expor minhas ideias para várias pessoas. Sempre me oferecia para ser representante de turma. De fato, da 5ª à 8ª série, fui representante e vice-representante de classe todos os anos. Geralmente era líder dos grupos e coordenava os trabalhos escolares.

Na 8ª série tinha um professor de artes que estava recorrentemente apontando alguma correção a ser feita em meus desenhos e trabalhos artísticos. Sentia-me perseguida. Mas, certo dia, questionei a atitude dele. Para minha surpresa, ele me respondeu que meus desenhos eram excelentes e que tinha como objetivo fazer com que eu melhorasse as habilidades artísticas. Depois desse dia não vejo mais o erro como algo negativo, mas uma base para o meu desenvolvimento pessoal.

Durante o Ensino Médio estudei em outra escola na qual não me adaptei muito bem, pois não conhecia muitas pessoas e comecei a ter dificuldade para aprender Matemática, Física e Biologia. No terceiro ano decidi estudar a noite, pois conhecia algumas pessoas e acreditava ter um ensino diferenciado das disciplinas que já mencionei, realmente consegui assimilar melhor os conteúdos.

Fiz o vestibular em junho de 2011, passei e então iniciei meus estudos na Universidade de Brasília (UnB). No começo era tudo novidade e confesso que fiquei perdida, mas logo fui pegando o “jeito” da Pedagogia. Não era o curso pretendido, porém uma colega de escola fez a indicação e decidi fazer o curso. Desde o início tive curiosidade em saber como funciona a educação especial, participava o máximo que podia nas aulas que falavam sobre o assunto.

Em 2013, iniciei o curso de Libras no Instituto Federal de Brasília (IFB). Depois de estudar durante alguns meses, tive que deixar o curso por incompatibilidade de horário da faculdade. Quando me formar, pretendo retomar o curso de LIBRAS no IFB, pois acredito que é fundamental saber se comunicar com qualquer pessoa, principalmente quando pertence a área da educação.

No 5º semestre de Pedagogia realizei a primeira fase do estágio obrigatório supervisionado em uma escola pública de Ceilândia. Quando cheguei à escola me direcionaram para uma turma reduzida, havia dois alunos com necessidades educacionais especiais, um com sete anos e outro com 12 anos. A relação do mais velho com a professora era conflituosa, porém em alguns momentos apreciava a presença e atenção dela. A meu ver, ele se sentia deslocado na turma por não ter ninguém de sua idade. Despertou-me curiosidade em saber como era para

esse garoto a experiência de estar em uma turma com crianças tão mais novas que ele e o que sentia em relação a professora. Sempre que podia, conversava com ele sobre o assunto e fui descobrindo algumas coisas interessantes. Soube que ele adoraria mudar de escola para estudar com pessoas de sua idade, almejava conversar sobre assuntos referentes à adolescência, entre tantas outras coisas que as relações que a turma em que ele estava não lhe proporcionava.

Na segunda fase do estágio fui para outra escola de Ceilândia, mais perto de onde moro. Logo que me apresentei para a diretora, ela me direcionou para uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental, com 12 alunos. No primeiro dia de estágio fiz algumas brincadeiras com as crianças para conhecê-las. Notei que duas crianças necessitavam de muita atenção e cuidados individuais, tanto na realização das atividades que eram propostas, como no estabelecimento de relações e até mesmo com cuidados pessoais. Uma dessas crianças era a Ana. Dirigi minha atenção a ela, observei que necessitava de apoio para a realização das tarefas e para suprir necessidades básicas, como por exemplo, vestir um casaco e lanchar. Esses primeiros desafios se transformaram em desejo de conhecimento. Queria entender mais como se desenvolviam crianças que precisam de assistência, que não estão em um mesmo nível de independência como os outros da mesma idade. Além do mais, como seria a forma mais adequada de escolarizá-las.

Notei que, ao longo de toda minha vida, a educação especial sempre me atraiu de alguma forma. Durante o curso de Pedagogia, estudei e tentei me interessar por outras áreas, mas nada despertou tanta curiosidade. Inicialmente, tinha resistência a me aprofundar na educação especial e inclusiva, pois acreditava ser uma área difícil para trabalhar. Entretanto ao longo do curso percebi que tenho prazer em ajudar, orientar aqueles que mais precisam e estudar sobre as dificuldades de aprendizagem, então comecei a me comunicar mais com Ana, saber sobre sua vida escolar e seu desenvolvimento global. Ao saber de sua história de vida, despertou-me interesse para estudar as possibilidades disponíveis para seu desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor.

PARTE 2

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo de caso sobre uma criança do segundo ano do Ensino Fundamental e os desafios do seu processo de inclusão escolar. A análise do caso, conta com relatos da sua história de vida pela mãe e observações do comportamento da criança, pelo estudo detalhado do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor dela em situações educacionais específicas de aprendizagem na escola e em casa, incluindo suas relações interpessoais (criança-criança, criança-professora, criança-família).

O tema teve uma longa construção. Curiosamente, nas duas vvvvujjujuujujujxvfases do estágio obrigatório supervisionado do meu curso de Pedagogia me deparei com situações de inclusão, cujas demandas me desafiaram a pensar os vários aspectos desse processo. Na primeira fase, meu olhar recaiu na observação da relação do professor com os estudantes incluídos em turma regular, especialmente um deles que estava fora da faixa etária da turma. Na segunda fase do estágio, a situação de Ana mereceu destaque, uma menina com deficiência intelectual que simplesmente não entendia as orientações da professora e, por isso, não realizava as atividades afetando progressivamente sua aprendizagem e rendimento, inclusive, as relações dela com os próprios colegas. Ao mesmo tempo, quando ela recebia auxílio na explicação da tarefa e do conteúdo, ela era capaz de realizar as atividades e compreender o assunto ou as habilidades a serem aprendidos.

Durante o estágio na turma de Ana, as observações pontuaram questões referentes ao desenvolvimento global da aluna. Partiu-se das seguintes indagações: em que medida as formas de participação da criança nas diferentes atividades em sala de aula são efetivas para as especificidades do desenvolvimento do sujeito com deficiência intelectual? Como o professor pode favorecer a participação da criança com deficiência intelectual nas atividades de aprendizagem em turma regular? Como deve ser a participação da família no processo de escolarização dessa criança? Qual o papel da gestão institucional na garantia de uma inclusão escolar bem sucedida?

Assim, na construção do trabalho de conclusão de curso no Projeto 4 foi realizado um estudo sobre o caso Ana que teve como objetivo geral compreender as especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual no contexto das experiências escolares no segundo ano do Ensino Fundamental, priorizando os significados

dessas experiências na perspectiva da criança e de seus familiares. Para isso, delinear-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as formas de participação da criança nas diferentes atividades de sala de aula priorizando a aprendizagem com e sem a assistência de um adulto.
- Verificar como as experiências escolares favorecem o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, físico/motor da criança com deficiência intelectual considerando as especificidades de sua trajetória de vida.
- Discutir aspectos da participação da instituição e da família na garantia dos direitos de inclusão escolar de estudante com deficiência intelectual.

Para atingir os objetivos e chegar a uma aproximação do fenômeno da inclusão no início de escolarização, especificamente da criança com deficiência intelectual, a construção do estudo empírico contou com a observação participante da pesquisadora no ambiente familiar e escolar e a realização de entrevista individual com a mãe da criança. Utilizaram-se, também, os registros da narrativa da criança nas situações de realização das atividades escolares ocorridas no diálogo com a pesquisadora.

Inicialmente, o que chamou a atenção foi a questão da comunicação em sala de aula, tanto entre professora e aluna na orientação das atividades e entre professora e família sobre os processos relativos ao desenvolvimento escolar da aluna.

A mãe de Ana se fazia muito presente na escola e se mostrava muito comprometida no desenvolvimento escolar da filha. Parecia ter conhecimento sobre as especificidades educacionais que Ana precisava e recorria à professora insistentemente para conversar sobre isso. Porém observava que essa comunicação não acontecia. Mais tarde, depois da entrevista com a mãe, entendi que a expectativa dela era da escola promover o desenvolvimento global de sua filha.

A comunicação professor-aluno é um fenômeno complexo. Isso requer um professor atento e competente na mediação da linguagem no sentido de garantir que a criança possa compreender o significado dos conteúdos e das atividades a serem realizadas em sala de aula. Além do mais, é importante acompanhar o processo para garantir a aprendizagem da criança que está sendo incluída nesse ambiente.

Nas minhas observações iniciais notei que, apesar de a professora ser exigente no resultado da realização das atividades, ela não acompanhava o processo dos alunos, nem explicava de forma a garantir que Ana compreendesse o conteúdo ou a orientação para a

realização da atividade. Portanto, Ana ficava sem direcionamento em relação às tarefas e até mesmo como agir diante das brincadeiras e processos que envolviam os outros alunos.

Essa situação motivou o interesse em estudar a adequação das práticas pedagógicas e do currículo às necessidades de Ana de forma a promover a inclusão dela nas experiências de aprendizagem. Portanto, a pesquisa se baseou nos estudos voltados para o desenvolvimento de Ana no espaço escolar e em consequência no ambiente familiar. Partindo como pressuposto que Ana era capaz de aprender, mas que isso requeria uma mediação específica das práticas pedagógicas em sala de aula, incluindo ações propositivas favoráveis às relações da aluna com a professora e com os colegas de classe.

A relevância desta pesquisa se justifica pela importância de estudar e levar para o âmbito acadêmico e escolar como se dá o processo de inclusão de uma criança com deficiência intelectual em uma turma regular do Ensino Fundamental. Problematizou o significado da relação entre os fatores biológicos e contextuais do desenvolvimento na experiência escolar e de que forma o trabalho empírico nos ajuda a compreender os aspectos do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor da criança com deficiência intelectual.

A monografia foi constituída em forma de ensaio tendo ao centro o estudo de caso em função da forma como se delineou a narrativa da história da criança em estudo. Com base no artigo de Henrique Lafelice (2012) sobre o texto de Theodor W. Adorno, “Ensaio como forma” (1954), apresento considerações que justificam a relevância dessa forma textual para o presente trabalho.

Segundo Adorno, o ensaio é uma forma de escrever sobre as especificidades da vida assim como ela é. Não busca uma verdade absoluta, mas considera o processo dos fatos para a compreensão ou não da complexidade da vida. É distinto de um texto que tem como objetivo o pensamento finalista ou dogmático, onde se valida uma teoria e se prioriza uma perspectiva coerente com começo, meio e fim. O ensaio tem como base a experiência.

Como diz Adorno (2003, p. 26), “[...] a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica”. Sabe-se que a experiência singular não é vista pela ciência ortodoxa com bons olhos, que argumenta ser ela incapaz de gerar um conhecimento confiável e plausível. Entretanto, Adorno considera que uma experiência singular carrega sim, em si mesma, processos que são mais amplos.

O ensaio se diferencia das formas textuais tradicionais resultantes do método científico, o qual muitas vezes torna o conhecimento enrijecido afastando-se dos acontecimentos da vida.

No entanto, o ensaio tem como objetivo o oposto, procura compreender e considerar a complexidade do objeto em estudo assim como ele é fragmentado, dinâmico e mutável. Não se preocupa com a origem dos fatos, pois a realidade é constituída histórica e culturalmente, portanto a tal origem considerada pelo método científico já é por si só um fato construído, um resultado que pode ser modificado.

Partindo dessa teoria, que tem como características a flexibilidade, a compreensão e consideração da singularidade do objeto de estudo tendo como princípio as experiências. Acredito que o estudo de caso em questão deve ser analisado de forma com que os fatos sejam analisados de acordo com os sentidos e as experiências da criança envolvida na pesquisa para compreender o seu desenvolvimento global e criar estratégias para melhor orientação nas atividades escolares para a promoção da aprendizagem. As vivências da criança merecem atenção para a compreensão de suas especificidades. Além do mais, como se verá nas narrativas (sim, são narrativas construídas a partir de muitos relatos), a experiência faz parte constitutiva da minha experiência como docente em formação na busca de compreender porque alguém que (não) aprende na escola.

Este trabalho foi organizado em quatro partes. A primeira é sobre a trajetória de vida de Ana. Tem início com o relato da mãe onde são abordados assuntos referentes à trajetória escolar da criança, as limitações da saúde, seu desenvolvimento e as mudanças de comportamento ao longo dos anos. É complementado pelo meu relato reflexivo sobre o meu encontro com Ana na turma de segundo ano durante a segunda fase do meu estágio obrigatório supervisionado. A segunda parte do ensaio foi construída a partir da entrevista com a mãe de Ana que ocorreu em setembro de 2014. Foram abordados assuntos sobre o conceito de inclusão escolar, desafios e perspectivas quanto ao desenvolvimento global da criança e práticas pedagógicas. A terceira parte diz respeito às experiências escolares de Ana e como elas influenciaram e influenciam no seu desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor considerando as práticas pedagógicas em sala de aula. É neste momento que há uma imersão no referencial teórico, composto por conceitos de linguagem, desenvolvimento, aprendizagem e pensamento baseados na teoria de Vygotsky como referência para explicar o processo de desenvolvimento global da criança com deficiência intelectual em situação de inclusão escolar. A quarta parte é caracterizada pela discussão sobre a função da instituição escolar e da família na garantia dos direitos da criança com deficiência. Temas sobre diversidade, as diferenças entre integração e inclusão, direitos e deveres são fundamentais para a compreensão dos objetivos específicos da pesquisa em questão.

O CASO ANA

Trajetória escolar de Ana

a) A perspectiva da mãe

A Ana é uma criança com 07 (sete) anos de idade, está no segundo ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de Ceilândia, Distrito Federal, e mora com os pais. Quando tinha 04 (quatro) anos de idade, a mãe decidiu matriculá-la em uma escola de ensino especial, pois desconfiava que havia algo de diferente no comportamento e desenvolvimento da Ana, porém não conseguiu efetivar a matrícula porque não tinha um diagnóstico. Então, decidiu levá-la para uma escola de ensino regular da rede pública, que é onde ela estuda até o presente momento.

Quando ingressou na Educação Infantil, em março de 2011, com 04 (quatro) anos de idade, a professora percebeu que Ana não tinha o olhar fixo, a coordenação motora não era bem desenvolvida para a idade dela e quase não dava para compreender o que ela falava. Após esse relato, a mãe resolveu levá-la ao neurologista e fez uma série de exames.

Em maio, os pais receberam um bilhete da escola para uma reunião na sala de recursos para falar de seu desenvolvimento em sala de aula. No mesmo dia havia um passeio realizado pela escola, o qual a mãe autorizou. Mas, ficou bastante preocupada, pois como Ana não sabia falar e nem demonstrar o que queria com facilidade, ficou com receio de que acontecesse algo grave.

Entretanto, já dentro do ônibus escolar, Ana teve uma convulsão ao lado da professora e não foi para o passeio. Uma pessoa foi até a casa dos pais avisá-los sobre a situação. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionado e fizeram os primeiros socorros. Esse foi o primeiro episódio perceptível de convulsão da menina, que passou a ocorrer periodicamente a partir desse dia. Mesmo com esse fato, os pais participaram da reunião na sala de recursos com a coordenadora pedagógica. Segundo a mãe, a coordenadora relatou alguns comportamentos da criança e chegou a acreditar que o motivo das ações dela era mimo dos pais.

Após essa conversa os pais procuraram psicólogo, oftalmologista, neurologista, fonoaudiólogo, entre outros profissionais para compreender o que se passava com a filha e assinaram um documento da escola dizendo que não iam ser pais superprotetores, uma vez que delegavam a não aprendizagem de Ana aos cuidados exagerados da família (documento elaborado pela direção da escola e assinado pelos pais para que os mesmos se comprometessem a não superprotegerem a filha).

No mesmo dia, Ana foi levada para o hospital. Ela teve outra convulsão, quando chegou ao hospital um clínico médico receitou Gardenal¹. À noite, por volta das 20h os pais e a filha deitaram para dormir e em seguida ela teve outra convulsão. Ligaram para o SAMU novamente e ela foi atendida em casa e depois levada para o hospital local.

Durante a internação aplicaram uma dosagem muito elevada de um remédio intravenoso que teve um grave efeito colateral, ela ficou sem andar, falar e comer durante duas semanas. Equivocadamente, os médicos pensaram que esse era o estado em que Ana costuma ficar, ao que a mãe questionou até a situação ser remediada pelos médicos.

Por não haver neurologista nesse hospital, ela foi removida para outro, onde, por meio de exames, constatou-se que se tratava de epilepsia e também se verificou má formação cerebral.

Em outubro, já com cinco anos, ela voltou para a escola. A psicopedagoga solicitou um monitor na área da saúde para ficar com ela em sala de aula. Os pais procuraram pelo serviço no setor competente da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), mas não havia uma pessoa disponível para esse fim. Depois de um tempo, um monitor foi enviado à escola para acompanhar Ana. Porém, logo ele ficou doente e entrou de atestado médico, impedindo a substituição por outro monitor. A mãe se dispôs a ficar em sala de aula todos os dias, e foi assim durante três meses.

Em 2012, Ana foi para uma sala reduzida com 15 alunos, porém faltava bastante às aulas porque tinha que ir às consultas médicas. Com o passar dos dias a mãe de Ana percebeu que a professora separava Ana e outro aluno com necessidades educacionais específicas dos demais alunos, ficavam em um canto da sala. Portanto, a mãe comentou sobre a situação com a psicopedagoga do hospital que sua filha frequenta, então a médica solicitou algumas mudanças para a professora referentes à Ana. A professora ficou chateada e disse que fazia a separação dos alunos porque as atividades eram diferenciadas e o restante da turma queria fazer as mesmas

¹ Gardenal (fenobarbital) é um medicamento utilizado para prevenir o aparecimento de convulsões em indivíduos com epilepsia ou crises convulsivas de outras origens.

tarefas que Ana e o outro aluno faziam. Quase no final do ano a professora iniciou atividades que proporcionava a interação de todos os alunos, mas a mãe de Ana acredita que nesse ano em específico a aprendizagem de sua filha ficou defasada por conta da falta de interação com a turma e que houve exclusão e não inclusão como deveria acontecer.

Em 2013, ela passou por um período muito conturbado em sala de aula em função de um aluno que causava muitos conflitos e concentrava muito a atenção da professora. Em julho, o aluno foi transferido para outra turma e, a partir daí, foi perceptível a mudança no rendimento geral da classe. A professora teve oportunidade de trabalhar melhor as atividades em sala e Ana, mesmo com suas dificuldades, teve progresso significativo na aprendizagem e no desenvolvimento de sua socialização com os outros alunos. E, com isso, ela passou tranquilamente pelo primeiro ano do Ensino Fundamental, na mesma escola.

b) Meu encontro com Ana

No primeiro semestre de 2014, iniciei o estágio obrigatório supervisionado do curso de Pedagogia na escola pública em que Ana estuda. Fui designada para a sua turma. No meu primeiro dia em sala de aula, comecei a interagir um pouco com os alunos. Alguns estranharam a minha presença, como foi o caso da Ana. Quando eu chegava ao seu lado para auxiliá-la a fazer a tarefa, ela paralisava e ficava me olhando com distanciamento. Mas, logo minha presença foi se tornando natural.

Nos dias seguintes, passei a observar Ana com mais atenção. Em uma atividade de matemática de efetuar uma operação de soma, notei que ela não conseguia fazer a tarefa sozinha. Sentei-me ao lado dela para ajudá-la. Ela precisava de material concreto para realizar essa operação, igualmente no caso da escrita. Por exemplo, a palavra banana impressa no livro ou escrita no quadro, não representava nada para ela. Era preciso falar a palavra pausadamente para que compreendesse o significado. Entre esses e muitos outros, aos poucos fui percebendo as necessidades dela diante dessas atividades. Ao mesmo tempo, foi observando as potencialidades dela, que me inspirou a buscar fazer o melhor possível para sua aprendizagem escolar que tivesse alguma consequência para o seu desenvolvimento global.

Em função dessas e outras questões pertinentes à turma como um todo, na execução de minhas atividades durante a regência de aula, priorizei a participação das crianças. Tive especial interesse o envolvimento de Ana e de outras que também precisavam de assistência na realização das tarefas como eram tradicionalmente trabalhadas a partir do livro ou de cópia do

quadro. Observei como a Ana se comportava diferente diante de cada atividade, tanto naquelas propostas por mim quanto nas propostas pela professora da turma. A forma de condução e o tipo de atividade pareciam ter uma relação muito forte com a possibilidade de realização da tarefa pela Ana.

Entre as atividades desenvolvidas em sala de aula como parte do estágio, destaco o Jogo de Dados e o Jogo do Balão. Antes de iniciar, fiz uma roda com os alunos e apresentei um dado com números e outro dado com os sinais de soma e subtração. Expliquei que deveriam jogar o dado de números duas vezes, e o dado dos sinais uma vez e, de acordo com o sinal que caísse deveriam somar ou subtrair os números que ficaram virados para cima após jogar o dado. As crianças poderiam fazer o cálculo com ajuda de palitos de picolé disponibilizados no centro da roda ou com os dedos. Se o aluno acertasse a operação jogava novamente, se errasse passava a vez para o colega ao lado. Após acertar o resultado da operação deveria jogar o balão para cima a quantidade de vezes do resultado sem deixar o balão cair. Após essa atividade, foram passadas algumas questões, as quais poderiam ser resolvidas tanto no caderno quanto no quadro.

A atividade proposta para esse dia foi pensada para que a Ana interagisse mais com a turma. Apesar de os colegas de classe serem bastante atenciosos com ela, ainda havia resistência nas interações. O resultado da brincadeira foi muito positivo, pois na vez da Ana resolver a questão e na hora de jogar o balão os colegas a ajudaram. Percebi que as outras crianças compreendem que ela precisa de auxílio e de um pouco mais de atenção. Poderiam ter ciúmes da professora com a Ana, entre outras coisas, mas ocorre o contrário. A Ana conseguiu resolver as operações facilmente, acredito que o material concreto e a ajuda dos colegas repetindo os números em voz alta foram primordiais para ela ser bem sucedida na tarefa. Com essa aula os alunos conseguiram enxergar a matemática como algo agradável e que podem aprender brincando de forma colaborativa.

Quase no fim do semestre, propus à escola e à família desenvolver um estudo sobre o caso dela. Uma vez terminadas as aulas do semestre e o período de estágio, dei início aos procedimentos empíricos para o estudo do desenvolvimento de Ana, aliando observações no ambiente escolar e intervenções pedagógicas desenvolvidas na casa dela. Foram tomadas as devidas providências éticas para o estudo, como as autorizações e termos de consentimento livre e esclarecido assinados pela família e escola.

Tive essa iniciativa, porque desde o princípio acreditei que ela precisa de um auxílio a mais e de alguém que pudesse ajudá-la a enxergar suas potencialidades, ela a instituição escolar acredita que ela tem limitações, por outro lado vejo como barreiras burocráticas e do ambiente

em que Ana está inserida que não permitem que ela mostre o que sabe e tem de melhor, ela pode aprender as mesmas coisas que todo mundo aprende, no entanto de forma diferenciada e adaptada.

A primeira atividade de intervenção pedagógica desenvolvida na casa da Ana foi sobre Matemática. Assim que cheguei, ela estava brincando com algumas bonecas, perguntei como estava e expliquei o que iríamos fazer. A proposta era aprender a ordem numérica (uma das coisas que ela tem dificuldade) com jogo de boliche. Peguei algumas folhas A4 e tinta, pedi para colocar um pouco de tinta no dedo e fazer os números no papel. Ela escreveu os números em ordem aleatória, então, pedi a ela que recortasse os números e colocasse em ordem crescente. Depois colamos um número em cada pino do boliche e os colocamos no chão. Novamente, pedi que os pusesse em ordem numérica. Escrevi os números, recortei e dobrei, posteriormente pedi que escolhesse um papel, o número que saísse ela teria que acertar o pino em que estava o número correspondente e o que vinha antes ou depois.

Em todo o processo, ela se mostrou muito participativa e, principalmente, muito motivada. Ao mesmo tempo, parecia cautelosa, pois sempre pedia autorização para recortar, colar, colocar os pinos no chão. No início, ela confundiu alguns números ao colocá-los em ordem, como o 06 (seis) e o 09 (nove). Mas, logo, envolvida pelo jogo, ela passou a ordenar os números em sequência.

A segunda atividade foi realizada com a utilização do caderno e material impresso. Ela completou os números que estavam faltando em uma tabela, depois repetimos em voz alta a ordem numérica. Após a brincadeira do boliche ela conseguiu lembrar-se dos números e realizar a tarefa. Ana me surpreendeu nesse dia, pois não imaginava o quanto era proativa e correspondia bem às orientações. Quando não entendia o que era pra fazer ficava parada me olhando e às vezes pedia para explicar novamente, é importante mencionar que a última atitude descrita não ocorria diante da professora.

É importante mencionar que esta visita aconteceu na última semana de estágio e tive a oportunidade de ver Ana, na escola, realizando com sucesso a tarefa do livro que envolvia sequência numérica, ainda que com alguma ajuda. Esse mesmo conteúdo, já havia sido trabalhado pela professora alguns dias antes e, à época, Ana não havia conseguido fazer a tarefa, nem com orientação. Com essa experiência, tive a certeza de que o lúdico, o material concreto e a forma de explicar e orientar são elementos fundamentais para a aprendizagem dela.

Ana está em uma turma de segundo ano, porém ainda sem monitor, apenas com o auxílio da professora. Os pais acreditam que não houve progresso no desenvolvimento da

aprendizagem dela neste ano, portanto estão procurando um monitor em faculdades e na Coordenadoria Regional de Educação para ficar em sala de aula.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ponto de vista da mãe de Ana

Em setembro de 2014, foi realizada uma entrevista com a mãe da criança em sua residência². O diálogo da pesquisadora com a entrevistada teve por base um roteiro previamente elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, composto por dez questões abertas que possibilitaram narrativas livres sobre as questões envolvidas na vida de Ana relevantes para o estudo. As três primeiras eram sobre sua opinião acerca das práticas de ensino utilizadas pela atual professora, incluindo sua posição acerca de como deveria ser conduzida a aprendizagem e as aulas e atividades para atender as necessidades educacionais de um aluno “especial”. O diálogo nesse primeiro bloco da entrevista foi o seguinte:

A mãe considera que “a forma de ensinar é antiga e tradicional. Não vi, até o momento, progresso significativo da aprendizagem da minha filha neste ano, até mesmo porque os problemas de saúde tiveram influência na vida escolar dela”. Nesse sentido, a mãe fala com firmeza sobre as condições relativas à ação da professora em sala de aula, estrutura física da escola e aporte pedagógico como um todo, que não favorecem o desenvolvimento da criança, pois afirma que “falta instrução para orientar e ensinar o aluno especial, faltam adaptações físicas e curriculares”. A mãe parece fazer uma análise das diferentes dimensões do processo educativo especialmente relacionado às necessidades educacionais específicas de Ana. Um desses níveis é a atenção da professora para com a menina, expressa pelo termo “orientar”. O segundo nível é no sentido da prática pedagógica em sala de aula, que requer didática e adaptação curricular efetiva, incluindo a utilização de material concreto para mediar a aprendizagem: “as aulas e atividades em sala de aula deveriam ser com o auxílio não só do professor, mas também de um monitor. Atividades específicas e uso de materiais concretos, como por exemplo, o material dourado”.

A mãe, ao ver essa falha de ordem pedagógica, tenta suprir e disponibilizar materiais que auxiliem a aprendizagem de Ana tanto na sala de aula como em casa. Ao mesmo tempo, demonstra ser muito participativa e presente na escola:

² O procedimento contou com o preenchimento dos termos de compromisso livre e esclarecido conforme as exigências éticas de pesquisas com seres humanos.

Com as exigências que fiz para a escola, acredito que melhore algo no desenvolvimento dela, apesar dos problemas de saúde. Colaboro bastante comprando materiais adaptados, tanto escolares, quanto brinquedos para utilizar em casa.

O segundo bloco da entrevista foi em torno do desenvolvimento e comportamento da criança com base em duas questões: sobre a diferença no comportamento de Ana desde o início do ano letivo até o presente momento e sobre as expectativas da mãe em relação ao desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor de sua filha. A mãe identificou uma mudança significativa no comportamento da menina afetando a disposição para ir à escola. Contou que “no início do ano letivo (2014) ela aceitou ir para a escola tranquilamente, mas agora (setembro) não quer ir para as aulas e diz que está com medo, porém não sabe falar de quem ou de que tem medo”. Essa mudança no comportamento ainda não foi esclarecida.

O terceiro bloco do roteiro de entrevista foi composto por três questões sobre inclusão escolar. Contemplou a definição da mãe sobre inclusão de uma forma geral e o seu posicionamento, especificamente, sobre a inclusão de Ana em turma regular. Por fim, o diálogo gerou em torno dos obstáculos enfrentados nesse processo. Inicialmente, a mãe definiu inclusão apenas pela sua dimensão biológica e funcional no sentido de a criança especial ter as necessidades específicas atendidas. “A inclusão acontece somente quando todas as necessidades do aluno especial são atendidas, seja na escola, hospital ou em qualquer outro lugar”. Entretanto, no decorrer da conversa, ela reconhece as dimensões sociais e cognitivas e a importância do contexto no desenvolvimento de Ana:

No início pensei em procurar uma escola de ensino especial, mas acredito que ela tem o direito de conviver com crianças que não tem deficiência, é bom para o desenvolvimento dela, e é um direito que ela tem de estudar em uma escola de ensino regular com adaptações para auxiliá-la na aprendizagem.

É importante destacar como a mãe retratou a importância do papel da instituição no processo de inclusão, dando visibilidade que mesmo diante dos direitos assegurados pela legislação, os procedimentos burocráticos ainda persistem, por vezes dificultando a agilidade com que o processo de inclusão deve ocorrer. “A burocracia da Regional e da escola foi um dos obstáculos. E conseguir uma turma reduzida e auxílio das professoras durante as atividades e informações sobre o que minha filha fez durante a aula, foram conquistas das mais difíceis”.

O último bloco de questões foi composto por duas perguntas sobre os direitos da criança com deficiência. Foi perguntado à mãe quais os conhecimentos que tem sobre os direitos de sua

filha e se eles estão sendo assegurados. “Tenho noção de alguns direitos, leio na internet e algumas amigas me falam sobre o assunto”. Alguns direitos estão sendo assegurados, porém me esforço para conseguir outros”. Apesar de a mãe conhecer somente alguns direitos que permeiam a vida de uma criança com deficiência, ela busca compreender essa realidade não somente por meio do senso comum, mas faz pesquisas para se interar do assunto e busca uma fonte segura. Portanto, percebe-se a preocupação de estar atualizada para a garantia dos recursos necessários para o desenvolvimento de sua filha.

A preocupação da mãe não é somente com os direitos assegurados pela lei, mas também na garantia de assistência pedagógica e boas condições da escola para lidar com as necessidades de Ana. “Estou tentando conseguir um monitor para ficar com ela em sala de aula, exige algumas adaptações, tanto curriculares, quanto da estrutura física da escola”.

Nota-se que a fala da mãe mostra certo grau de intimidade com a linguagem utilizada pelos profissionais da educação. Ao longo do processo da pesquisa percebi que a mãe de Ana obteve uma linguagem mais técnica por sempre conversar com professores, diretores escolares, amigas que tem conhecimento sobre a área da educação, e também pelo seu envolvimento com a vida educacional da filha.

Com essa preocupação, encerraram-se o processo de construção de informações sobre o caso e os procedimentos formais do trabalho de campo. Mas, a história da vida de Ana continua e a luta da família dela para garantir oportunidades para o seu desenvolvimento como aprendiz e como pessoa. Enquanto isso, os momentos compartilhados com Ana geraram muitas inquietações teóricas resultando nos objetivos deste trabalho e nos temas que, a seguir, tentam oferecer explicações e algumas compreensões acerca do desenvolvimento dela.

AS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIAL, AFETIVO, FÍSICO- MOTOR DE ANA CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA

Linguagem

Como relatado, uma das primeiras inquietações que tive quando conheci Ana foi por que ela fala e se comunica tão pouco em sala de aula? De acordo com o texto “Os Problemas de Linguagem na Escola” de Marian Valmaseda (1995), a instituição escolar é um dos ambientes em que a criança pode se desenvolver, potencializar as habilidades, autocontrole, estabelecer relações e compartilhar aspectos culturais”. Portanto, necessita da linguagem para efetivar essas ações. Quando a criança tem o primeiro contato com a escola, geralmente, já sabe se comunicar de forma relativamente clara.

Mas o que é linguagem? O que é desenvolvimento? E, diante do diagnóstico de deficiência intelectual de Ana, o que se espera dela? Afinal, para compreender o desenvolvimento dela, considerando inclusive a sua condição intelectual, é necessário esclarecer alguns conceitos. Um deles, tomando como ponto de partida a diferença entre o ser humano e o animal, é a atividade consciente da pessoa.

O texto “Atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico-sociais” de A. R. Luria (1991) nos propõe refletir tanto sobre de onde viemos e quem somos, quanto à diferenciação entre o ser humano e o animal. Há diversas explicações sobre o assunto, no texto há três teorias em destaque. A primeira é sobre a Filosofia idealista, tomando como princípio a consciência do ser humano como algo espiritual, coisa não pertencente ao animal. A segunda diz respeito à teoria do positivismo naturalista que também não conseguiu explicar essa distinção. E a terceira, e última, é a histórico-social, considerada a mais ideal para se encontrar uma explicação plausível.

Na teoria histórico-social são abordados os seguintes aspectos: a linguagem, o trabalho e a utilização dos instrumentos, elementos que definem a atividade consciente da pessoa e a diferencia do animal. Os animais e o ser humano têm o pensamento pré-verbal que tem como

característica a inteligência prática e, a linguagem pré-intelectual que não tem relação direta com o pensamento e tem duas funções, uma emocional e contato social.

A forma como o ser humano utiliza os instrumentos é de acordo com a necessidade que, a partir daí, consegue transformar elementos da natureza para necessidades posteriores. Ou seja, não age por instinto como o animal, mas pensa no futuro e se prepara de acordo com as experiências sociais e históricas. A ação do animal é regida pelo condicionamento, a partir de uma dada situação ele vai agir para suprir uma determinada necessidade, ou seguir um comando a partir de um estímulo do ambiente. A linguagem é outro aspecto de diferenciação, pois os animais possuem um tipo de comunicação, mas não uma linguagem propriamente dita.

Ao mencionar a palavra “linguagem”, a primeira coisa que vem à mente é o ato de falar, logo fazemos associação com a linguagem oral. O sujeito que possui linguagem é aquele que fala e compreende o que o outro diz. Por outro lado, a linguagem não se limita a essa definição, ela também é a representação da realidade constituída e regulada por alguma forma de comunicação. Desse modo, faz-se referência a três aspectos diferentes:

- Um sistema de símbolos (organizado em diferentes códigos) arbitrário e compartilhado por um grupo.
- Com o objetivo de se comunicar como os demais.
- Com a possibilidade de manipular mentalmente a realidade na ausência da mesma. (VALMASEDA, 1995, p. 86)

Existem dois lados da Psicologia que explicam a aquisição da linguagem, o lado inato e o lado empírico. A linguagem pode nascer com o sujeito, ser natural dele ou pode ser adquirida com as experiências do meio social. Vejamos então conceitos de seis teóricos importantes da Psicologia:

- Michael Cole: defende a teoria sociocultural. A criança deve participar de atividades que ajudem a manter e criar a linguagem, não basta ouvi-la ou vê-la.
- Lev Vygotsky: considera que a linguagem é o pilar para a comunicação e para a vida em sociedade, sem a linguagem o sujeito não é histórico, nem social e nem cultural.
- Jean Piaget: defende o mecanismo interacionista. A linguagem é a representação da realidade por meio de significados construídos na interação com o meio.
- Chomsky: diz que a linguagem é inata, portanto o ambiente apenas a molda.
- Jerome Bruner: defende a psicologia cultural. A interação social é responsável pela aquisição da linguagem.

- Burrhus Skinner: defende a teoria ambientalista. Acredita na possibilidade de explicar o comportamento humano e a linguagem por meio de princípios estudados em laboratórios.

As teorias abordadas logo acima tem relação com os relatos da mãe sobre o comportamento de Ana em sala de aula e sua relação com a professora. Tomando como exemplo a parte da entrevista em que a mãe fala, “No início pensei em procurar uma escola de ensino especial, mas acredito que ela tem o direito de conviver com crianças que não tem deficiência, é bom para o desenvolvimento dela, e é um direito que ela tem de estudar em uma escola de ensino regular com adaptações para auxiliá-la na aprendizagem”.

Ana tem deficiência intelectual que são defasagens e alterações nas estruturas mentais para a aquisição do conhecimento, caracterizada como um quadro psicopatológico que pode ser identificado na infância. Essa patologia tem diversos graus de complexidade, leve, moderado e grave. Essa patologia se tornou mais evidente quando as crianças passaram a frequentar as escolas.

No início da escolarização de Ana a mãe teve a preocupação com a vida social de sua filha, e acreditou que o ambiente escolar proporcionaria interações contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem de Ana, no entanto as expectativas da mãe não foram contempladas. E isso foi perceptível quando fui para o ambiente familiar fazer as intervenções pedagógicas, e percebi que Ana conversa bastante com os pais, fiquei surpresa ao ouvir a voz dela, porque em sala de aula se mostra uma criança tímida, com voz baixa e quase não fala. Analisando melhor a situação em sala de aula, percebi que há um distanciamento entre Ana e a professora, pois a comunicação não é clara e bem estabelecida para a criança, portanto ela se recua, e só há interação entre professora – aluna no momento da explicação das atividades. Há também a divisão dos alunos, Ana sempre realiza as atividades com outro aluno especial - apesar dos outros alunos sempre ir onde ela está sentada para conversar - enquanto o restante da turma pode realizar as tarefas com o colega que preferir desde que não haja desordem na turma.

Mas com a divisão da turma como Ana pode desenvolver a linguagem do meio escolar e compartilhar aspectos culturais, potencializar suas habilidades e aprender com os colegas de turma? Dessa forma, nenhum desses aspectos citados é bem desenvolvido. Em 2012, outra professora teve uma atitude semelhante, ao separar os alunos e não permitir a inclusão escolar, mas com a mudança da prática pedagógica conseguiu proporcionar o desenvolvimento tanto da

linguagem quanto o compartilhamento de pensamentos, crenças, brincadeiras e harmonia na turma, assim incluindo Ana nas atividades em grupo.

Desenvolvimento

Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “desenvolvimento” significa ato ou efeito de desenvolver, aumento progresso, ampliação, explanação e incremento. Na verdade, esse parece ser o conceito dominante no senso comum. É recorrente o uso de desenvolvimento junto à ideia de progresso e acúmulo. Mas, será só isso? Na escola essas definições são consideradas pelos professores como um requisito para alcançar a aprendizagem e, é nesse ponto que o perigo de julgamento para com o aluno se instala. O professor acredita que só houve aprendizagem se o aluno apresentar algum sinal de desenvolvimento sobre aquilo que se espera. Aprendizagem depende do desenvolvimento ou o inverso? Ou os dois aspectos dependem do social?

Há teorias que explicam como ocorre o desenvolvimento humano relacionando a aprendizagem e pensamento. E o primeiro teórico a ser mencionado é Lev S. Vygotsky (1896-1934) que foi um estudioso do desenvolvimento humano, psicólogo que buscou compreender o homem como um ser biológico, social e histórico, pois considerava que o homem está inserido na sociedade, portanto deu ênfase a dimensão sócio-histórica na qual o homem interage com o outro e com o ambiente o qual pertence. Para ele o desenvolvimento e a aprendizagem se dão pela inserção do sujeito no ambiente social, o biológico por si só não dá conta desses dois aspectos, aprendizagem e desenvolvimento –, portanto o sujeito necessita de instrumentos adquiridos por meio das experiências de vida onde ocorre a aprendizagem para assim percorrer o caminho do desenvolvimento.

Neste modelo, o sujeito – no caso, a criança – é reconhecida como ser pensante capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura, sendo a escola um espaço e um tempo onde este processo é vivenciado, onde o processo de ensino-aprendizagem envolve diretamente a interação entre sujeitos. (RABELLO; PASSOS, 2011, p. 5)

Na teoria de Vygotsky existe o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial (ZDP), é o espaço entre o nível de desenvolvimento real, caracterizado pela independência do sujeito sendo capaz de solucionar problemas, e o nível de desenvolvimento proximal determinando a capacidade do sujeito de resolver problemas com ajuda do outro mais experiente. Nesse processo ocorrem aprendizagens que são fundamentais para o

desenvolvimento, por isso que esses dois aspectos caminham juntos, proporcionando evolução do desenvolvimento da criança. O outro mais experiente é chamado de mediador, no caso do ambiente escolar é o professor que assume esse papel, servindo de apoio e disponibilizando instrumentos para o aluno aprender e potencializar o desenvolvimento global.

Os relatos da mãe de Ana, tem relação significativa com a teoria explicada logo acima ao que se refere a ZDP, pois a mãe acredita que a filha necessita de orientação (termo utilizado no relato) em sala de aula na execução de atividades que outros alunos não precisam da ajuda de outra pessoa (facilitador) para realizá-las. Essa teoria pode ser explicada com o fato ocorrido durante as observações em sala de aula e as intervenções pedagógicas em que Ana tentou realizar uma tarefa de ordenação numérica em sala de aula apenas com o comando da professora sobre o que era para fazer, sem ajuda no processo da realização da atividade e sem material concreto. Em outro momento no ambiente familiar propus a Ana atividades lúdicas e com material concreto, como por exemplo, o jogo de boliche e a escrita dos números pela criança com tinta em folha A4 e após essas ações a realização da mesma atividade proposta em sala de aula, mas com auxílio durante todo o processo. O resultado da tarefa realizada em sala de aula e no ambiente familiar foram totalmente opostos. Em casa, Ana correspondeu bem às expectativas sobre a atividade e conseguiu realizá-la com eficácia, pois ao lembrar-se das atividades lúdicas sobre o tema (ordenação numérica), conseguiu fazer aquilo que a atividade pedia. Notei que o ambiente também favorece a aprendizagem de Ana, há bloqueios do meio e em relação ao outro e não propriamente na criança.

Subjetividade

A ideia de subjetividade percorre todo o processo histórico da civilização humana e apresenta aspectos intrínsecos que se referem ao momento sócio-histórico construído, transformado e, por vezes, imposto à pessoa. A dinamicidade da realidade social possibilita a constituição de novas configurações acerca da subjetividade. Assim, a identidade da subjetividade social se constitui em processos dinâmicos, com a apropriação dos aspectos constitutivos da realidade que é, também, um produto da ação humana (GRUPPE, 2013).

Entretanto, anterior ao entendimento desse processo, a Psicologia apresentava um espectro reducionista e objetivista sobre a subjetividade. Historicamente essa visão foi desconstruída através da visibilidade de outros conceitos subjacentes à subjetividade e, então,

levou-se em consideração a possibilidade real de integração entre subjetividade - indivíduo - construção social. Considerar o homem como agente ativo de sua história é afirmá-lo como sujeito histórico e dotado do manuseio da transformação social e, portanto, protagonista da constituição, manutenção e alteração da sua subjetividade.

De acordo com os relatos da mãe de Ana e com as observações realizadas durante o estágio, observou-se que a perspectiva que a escola tem sobre o desenvolvimento da aprendizagem da criança com Deficiência Intelectual é de um aluno responsável pela sua própria aprendizagem mesmo necessitando de mais auxílio que os demais alunos, perspectiva contrária da mãe de Ana, quem, no entanto, acredita que além do meio social ser importante para o desenvolvimento a intervenção do professor é fundamental para o progresso da aprendizagem.

Cabe aqui trazer a concepção que temos defendido de Psicologia Social. Temos entendido esta área da ciência psicológica como aquela que pesquisa e busca compreender a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. A violência, o trânsito, as relações de vizinhança, os meios de comunicação, as manifestações, as guerras, as relações de gênero, a exclusão social, o preconceito, diferenças culturais etc., são fenômenos sociais que possuem como aspecto ou dimensão importante a dimensão subjetiva, ou seja, a dimensão dos significados, das emoções relacionadas aos fatos, das imagens e das ideias, objetivadas ou não. Com isto queremos dizer que existe na dimensão subjetiva dos fatos sociais uma parcela de elementos que se objetivam como leis, regras, valores, significados que podem ser encontrados no dicionário. Mas, existe uma parcela de elementos que são vividos pelos sujeitos e devem ser compreendidos por meio do conhecimento dos sentidos subjetivos construídos pelos sujeitos que vivem direta ou indiretamente os fenômenos sociais (BOCK; GONÇALVES, 2005).

Silva (2012) acrescenta, ainda, outros ramos da Psicologia estudam a dimensão subjetiva em processos específicos, como o da educação, do trabalho, das relações institucionais etc. Isto significa que estaremos buscando compreender a dimensão subjetiva no processo de ensino-aprendizagem; no processo de produção da riqueza social. E podemos falar, nestes estudos, da dimensão subjetiva como construção de sentidos dos sujeitos que os vivem. Ou podemos falar da objetivação destes processos, apontando a dimensão subjetiva que se põe nas regras, nos discursos, nas teorias, nas leis, nos padrões de conduta etc.

Com isto estamos, então, voltando para afirmar a dimensão subjetiva como conjunto de experiências do sujeito. É a dimensão dos registros simbólicos e emocionados que o sujeito vai construindo no decorrer de suas vivências no mundo. É o mundo psicológico propriamente dito.

O homem reage ao mundo em que vive, mundo que é social e cultural, registrando de forma particular suas vivências. Claro que esses registros são feitos a partir da capacidade biológica do ser humano, das capacidades adquiridas pelo seu cérebro e seu sistema nervoso. Mas, as referências ou o padrão para o registro estão dados pela sociedade e pela cultura. É como se pudesse dizer que os materiais para o registro estão colocados na sociedade, como limites e como possibilidades. A criatividade humana permite que se ultrapasse o limite do recurso, mas, ao mesmo tempo, permite que se faça o registro de modo objetivo, ou seja, possa ser comunicado e compreendido por todos que convivem com ele (BOCK; GONÇALVES, 2005).

Dentre as mediações cabe destacar a linguagem que é uma síntese entre subjetividade e objetividade. Por meio da linguagem, o mundo subjetivo recebe matéria prima, a palavra com significado, e o sujeito, ativo que é, constrói o sentido subjetivo para a experiência vivida. Há um sujeito ativo, há uma experiência vivida, há um mundo de palavras que carregam significado e há os outros, com os quais se estabelece relações de troca, de comunicação, de produção conjunta. Essa experiência social dos sujeitos permite que a subjetividade, campo de sentidos pessoais, seja construída a partir do mundo e da cultura partilhados. O sujeito constrói seu mundo subjetivo organizando suas vivências como palavras, como emoções, como imagens (SILVA, 2012).

A subjetividade surge então para nós como histórica. A cada momento histórico as possibilidades de construção do mundo subjetivo se modificam, conforme se modificam as relações sociais, as formas de produção da vida, ou seja, as fontes de significação. Nossa própria linguagem, que carrega as significações, se modifica no decorrer do tempo, conforme se modificam os valores, as leis, as regras sociais, as formas de vida (BOCK; GONÇALVES, 2005).

Com base no livro “Desenvolvimento psicológico e educação” de Coll, Marchesi e Palácios, o processo de ensino/aprendizagem pode ser representado em forma de nove esquemas com foco na aprendizagem do aluno e os pilares importantes para esse fim. Na imagem abaixo tem os esquemas que vai de A até I. No entanto, de acordo com a análise do estudo de caso os esquemas que representam as expectativas da mãe, o que ela percebe em sala de aula e o posicionamento da professora em relação à aprendizagem de Ana são os esquemas D, E e F.

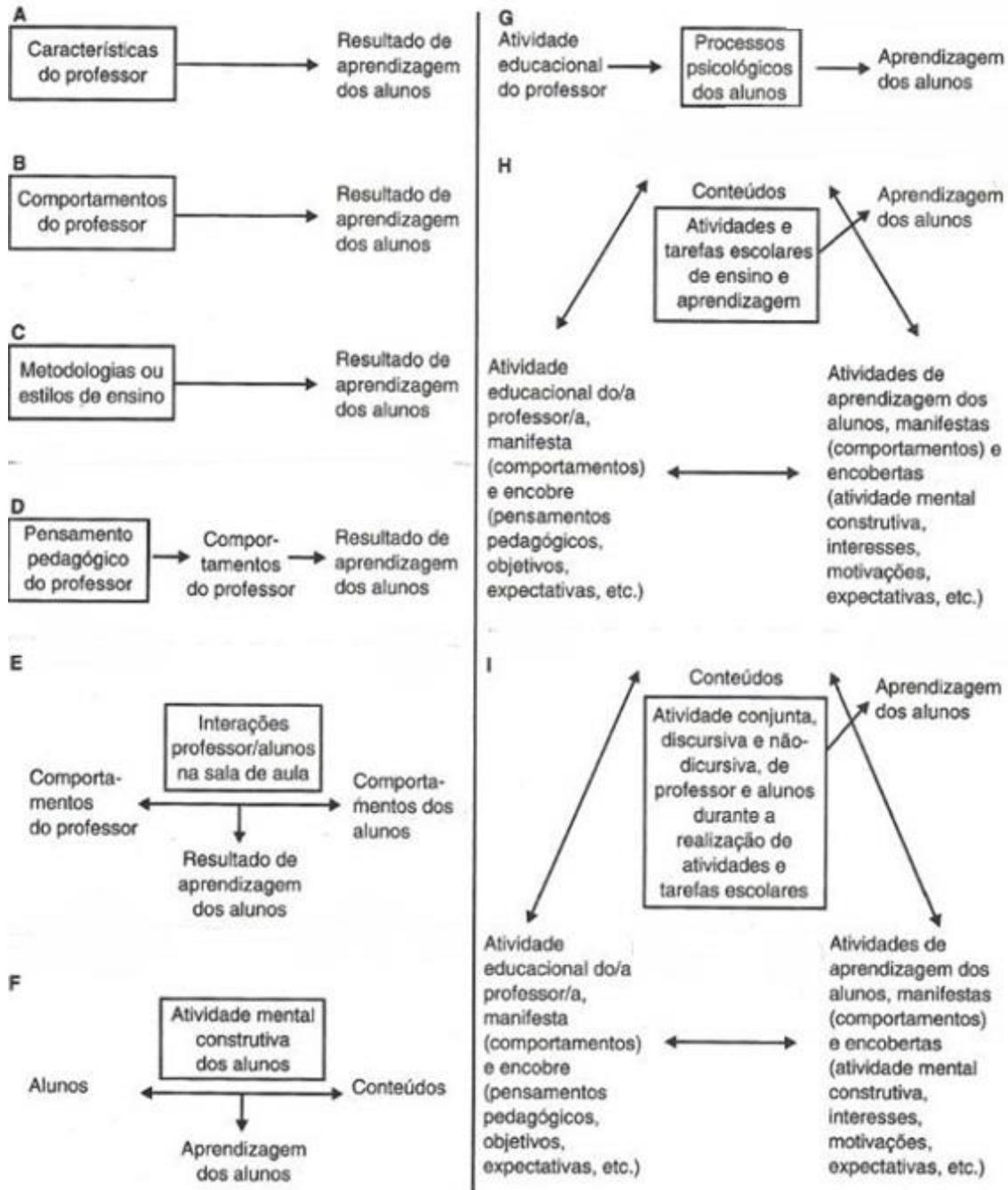


Figura 1 – Esquemas básicos para a análise dos processos escolares de ensino e de aprendizagem.

Fonte: Adaptado de Coll (1999b), e Coll e Onrubia (1999a). Os elementos dentro dos quadrados são aqueles sobre os quais recai, em cada um dos esquemas, o peso explicativo das relações entre o ensino e a aprendizagem.

O esquema D representa o tipo de metodologia e pensamento pedagógico do professor aplicado em sala de aula e seus comportamentos influenciando diretamente a aprendizagem dos alunos, ou seja, nesse caso o professor tem total responsabilidade no desenvolvimento

intelectual do aluno. Esse não é o exemplo mais indicado para representar a visão da mãe sobre o que ocorre em sala de aula, mas o pensamento pedagógico e comportamentos da professora são aspectos que a mãe de Ana acredita influenciar no processo de ensino/aprendizagem de sua filha de forma que chega a não promover aprendizagem significativa.

O esquema E tem um elemento que a mãe de Ana cita como um dos essenciais para ocorrer a aprendizagem além dos comportamentos do professor, que são as interações entre professor/alunos, assim estabelecendo significados e compartilhando ideias desenvolvendo então a aprendizagem.

Assim pode-se dizer que nenhum dos dois esquemas são completos para representar as expectativas da mãe quanto à aprendizagem de Ana, porém os dois se complementam trazendo o pensamento pedagógico do professor, os comportamentos do professor, as interações entre professor/ alunos e em consequência a aprendizagem dos alunos e principalmente de Ana.

O esquema F representa a visão da professora em relação à aprendizagem de Ana, pois como foi relatado, ela apenas passa as instruções das atividades e não acompanha o processo. Portanto, pode-se dizer que a professora tem como base a teoria de que o aluno desenvolve a aprendizagem a partir da interação dele com os conteúdos das disciplinas escolares.

E de acordo com o artigo de Tacca e Rey (2008), o modelo de educação que é imposto para os alunos, fazem com que se tornem inferiorizados em relação aos estudos e excluídos por terem suas dificuldades visíveis, se os alunos não aprendem, a escola tem a visão de desvio por parte do aluno. E o modelo acreditado pela professora de Ana pode levar a todas essas consequências citadas, pois ao não compreender as atividades e o que a professora diz realmente terá dificuldades além das que já apresenta.

O PAPEL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E DA FAMÍLIA NA GARANTIA DOS DIREITOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Em 2013, elaborei um texto sobre as reivindicações feitas pelos profissionais da educação básica desde o ano de 1970 até os dias de hoje com o objetivo de analisar as propostas de mudanças na educação reivindicadas por professores a partir de 1970 até meados de 1996, quando houve a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). As discussões sobre esse projeto de lei iniciaram em 1987, e Dermeval Saviani delineou o primeiro projeto que foi apresentado à Câmara Federal pelo deputado Octávio Elísio (PMDB-MG), em 1988. No texto da LDBEN ficaram marcadas as reivindicações dos professores por educação de qualidade, democratização da gestão, financiamento da educação, entre outros.

O projeto foi se fortalecendo e os profissionais da educação tinham ciência disso, então permaneceram organizados através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Mas a aprovação da LDBEN não era suficiente, pois não contemplava os desejos dos profissionais da educação, e Saviani tinha consciência desse fato e podemos confirmar com uma fala dele: “É uma lei com a qual a educação pode ficar aquém, além ou igual à situação atual”. E enquanto os educadores estavam preocupados com as propostas para as Constituições estaduais, Leis orgânicas municipais e com a LDBEN, o governo federal permitiu-se implementar políticas educacionais, ao arremetimento da lei convocando outras instâncias a fim de promover as políticas para a área (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Em 1980 os educadores também desempenharam um papel muito importante na luta pela mudança da situação educacional do país. O magistério participou intensamente deste processo, foi realizado nesse período, um aprendizado um tanto complicado da democracia, principalmente em sua relação com o Governo e nas relações internas de seu movimento. Nesse momento a classe trabalhadora viveu sob a perspectiva de uma constituinte livre e soberana, das diretas já, e, movida pela esperança de melhorar as condições de vida, de realizar movimentos autônomos de modo que os sujeitos envolvidos fossem capazes de “durante as lutas constituírem-se como classe” (THOMPSON, 1979, p. 232.).

As reivindicações eram diversas, algumas recentes e outras já eram recorrentes desde 1930, como a constituição de um sistema nacional de educação orgânico. As demandas dos educadores eram: política para permanência do aluno na escola; redução da distorção idade-série; infraestrutura de qualidade nas escolas como laboratórios e bibliotecas; alterações no currículo; adequação regional do calendário escolar; mudança dos conteúdos dos livros didáticos; redução do número de alunos por sala. Em relação ao trabalho dos profissionais da educação reivindicavam pela reestruturação da formação dos professores e especialistas, qualificação dos profissionais e plano de carreira. Outro aspecto era sobre a democratização da gestão para descentralizar a administração e autonomia das comissões municipais e estaduais. Em relação ao financiamento lutavam por verbas para as escolas públicas. E propuseram a ampliação da escolaridade obrigatória de 0 (zero) a 17 anos.

No decorrer do texto serão discutidos dois aspectos, o primeiro é referente à qualidade das escolas em relação à infraestrutura e distorção idade-série e o segundo é a permanência do aluno na escola. E fazendo algumas considerações formulei alguns questionamentos que são relevantes para se pensar na estrutura da educação atual.

Nas décadas de 1970 e 1980, os educadores lutavam por melhores condições de trabalho e de ensino/aprendizagem e para que houvesse educação de qualidade seria necessário reivindicar por melhorias na infraestrutura das escolas e dos sistemas de ensino, como laboratórios de informática e bibliotecas com livros atualizados e que os alunos pudessem ter acesso quando quisessem.

No caso da Ana, ela utiliza a sala de recursos durante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), dois dias por semana no horário da aula. A sala de recursos é um espaço destinado para o atendimento de crianças com necessidades educacionais específicas para a realização de atividades diferenciadas das que são trabalhadas em sala de aula. No entanto, a mãe de Ana faz comentários durante a entrevista sobre a estrutura da escola. “falta instrução para orientar e ensinar o aluno especial, faltam adaptações físicas e curriculares”. Acredita que a sala de recursos foi uma conquista, porém sua filha tem necessidades que a escola não supre, como por exemplo, não tem rampa para ter acesso à quadra, as cadeiras e mesas não são adequadas para Ana que tem limitações físicas, e também algumas partes do piso da escola, como, por exemplo, da quadra são irregulares.

A distorção idade-série é um dos desafios das instituições de ensino, buscam adequar a idade do aluno com a série que ele deveria estar cursando, com os programas Acelera Brasil, Se Liga e Travessia. O Programa Se Liga tem como objetivo alfabetizar crianças de 9 a 14 anos

que estão com defasagem escolar de dois ou mais anos, o Programa Travessia propõe um ensino para alunos do ensino médio que não atingiram os níveis de conhecimento adequado para a idade e o Programa Acelera Brasil tem como proposta acelerar os estudos de crianças e jovens que já são alfabetizados. Ao terminar o processo o aluno é avaliado para saber qual nível de aprendizado foi assimilado por ele, assim os professores ficam sabendo qual série ele atingiu para que possa voltar para o ensino regular.

Mas, lembrando que nem todas as escolas têm esses Programas de distorção idade-série, pois muitas não têm infraestrutura e professores suficientes para atender essa demanda. As salas de aula das escolas públicas normalmente têm mais alunos do que deveria ter, ou seja, ultrapassa a quantidade de alunos por professor e prejudica a qualidade do ensino. Temos o Projeto de Lei (PL) n. 597/2007 que determina o número máximo de alunos por sala de aula. São 05 (cinco) alunos para turmas de crianças de até um ano de idade; oito para turmas entre um e dois anos; 13 para turmas entre dois e três anos; 15 para turmas entre três e quatro anos; 20 para turmas de quatro a cinco anos; 25 alunos para turmas dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental; 35 para as classes dos anos finais do Fundamental e para o Ensino Médio.

Concordo com essa demanda dos profissionais da educação, pois a superlotação das salas de aula reduz o rendimento do professor, ele não consegue acompanhar as dificuldades de cada aluno e ainda é cobrado pelos pais ou responsáveis pela não aprendizagem do aluno, e sempre devemos lembrar que a assimilação de conhecimento pelo aluno envolve diversos fatores como, a metodologia do professor, a qualidade física e pedagógica da instituição de ensino e acompanhamento dos pais ou responsáveis.

No caso da Ana, é notável que ela esteja no segundo ano do Ensino Fundamental apenas burocrática e fisicamente. Falo isso pelos fatos observados durante as intervenções pedagógicas. A professora quer avançar com um conteúdo que Ana não reconhece o significado e não compreende aquilo que é para realizar na tarefa. A nosso ver, não adianta aplicar dois programas em escolas públicas – distorção idade-série e sistema de inclusão – sem considerar o nível de aprendizagem do aluno. Acredito ser mais válido o aluno estar numa série anterior da que ele deveria estar e o ensino/aprendizagem ser eficaz em uma escola inclusiva do que avançar de série e não ter ganhos em seu desenvolvimento global.

Outro aspecto que está em discussão até os dias de hoje é a permanência do aluno na escola. Sabemos que ainda há um número significativo de evasão escolar e repetência, mas o que é mais preocupante é o fato do aluno não estar na escola e nem trabalhando, então surgem algumas questões: onde esse aluno está e o que está fazendo? Será que os índices de

criminalidade estão relacionados com a evasão escolar? E quando o aluno tem Deficiência Intelectual e alguns problemas de saúde que afetam a frequência na escola? Qual é a preocupação da instituição de ensino em proporcionar educação para a criança que não vai para a escola porque tem complicações na saúde?

Esses questionamentos apareceram durante a entrevista com a mãe de Ana, quando ela disse: “A escola me cobra o atestado médico, mas a professora não registra o motivo pelo qual Ana faltou à aula, é como se a professora desconsiderasse os problemas de saúde da minha filha”. Com a análise desse depoimento pode-se inferir que a instituição escolar persiste na presença da criança em sala de aula, mas não observa as especificidades dela como criança que tem Deficiência Intelectual e outras limitações que impedem de frequentar a escola com regularidade. Então se percebe a falta de comunicação e união da família com a escola, por não discutirem questões fundamentais que interferem no desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e físico/motor da criança.

Assim, com os assuntos abordados no decorrer do texto podemos fazer algumas reflexões sobre a supervisão, organização, e qualidade da infraestrutura das escolas e do ensino. Os movimentos realizados pelos profissionais da educação nos fazem pensar sobre a nossa prática pedagógica e quais as suas consequências. Desse modo fiz reflexões que talvez seja a dúvida de outros educadores.

A crítica que tenho a fazer sobre a forma de fazer com que o aluno seja inserido na série adequada para sua idade é: onde fica a qualidade da aprendizagem? O que é mais importante, estar adequado às normas ou aquisição de conhecimento que favoreça a vida em sociedade e futuramente o exercício de uma profissão? Temos que ter consciência do que pretendemos com a educação, pois não estamos lidando com documentos ou máquinas, mas com o futuro de pessoas que dependem de um leque de profissionais, como médicos, policiais, operários e principalmente os profissionais da educação, entre outros.

Outro assunto relacionado à educação e principalmente a educação inclusiva é a diversidade. No artigo de Nilma Lino Gomes (2003), sobre diversidade, ela define bem o significado da palavra e relaciona com elementos essenciais para o desenvolvimento humano, como por exemplo, a cultura, a história, a relação com o outro. Destaquei alguns aspectos que considero importante a serem discutidos, principalmente, na área da educação.

O primeiro aspecto é como é vista a diversidade na perspectiva dos professores e demais profissionais da educação que trabalham em escolas. Querem trabalhar com as diferenças, no entanto não sabem como, pois não compreendem que a diversidade é muito além do que algo

diferente e que exige adaptações. É uma realidade empírica onde se situam sujeitos com desejos, sentimentos, valores e história.

O segundo ponto é sobre a homogeneização e padronização nas escolas. Os alunos com necessidades educacionais específicas ou aqueles que não aprendem no tempo em que a escola determina são tratados como anormais, deficientes e incapazes, enquanto têm necessidades diferenciadas, mais um motivo para não serem tratados como iguais. Ninguém é igual ao outro, a cultura, os gostos, o modo de se vestir pode ser semelhante, mas não iguais. É como se a educação desconsiderasse o social e os alunos fossem máquinas.

Fala-se muito em inclusão e diversidade, mas antes de agir é necessário compreender o significado de cada uma, tentar pelo menos enxergar as necessidades dos alunos, abandonar o pensamento homogêneo sobre educação, para depois começar aplicar a inclusão e a valorização da diversidade tal como elas foram pensadas.

Com base na Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar" (2010), disponível no sítio virtual do Ministério da Educação (MEC), e o artigo "O direito a inclusão educacional plena" de Andréia Lucena (2012), o processo de inclusão é a inserção do aluno com deficiência, seja ela qual for, não somente no ambiente escolar, mas também na sociedade como um todo. Parte dos educadores se empenham para fazer a inclusão da melhor forma possível, buscando promover a qualidade no ensino, através de métodos, técnicas e da lei. Muitos acham que são detentores do conhecimento e que apenas o professor ensina o aluno, mas será que é assim mesmo? O professor também não aprende com o aluno?

Nesse caso podemos citar uma palavra que está sendo comentada atualmente, a alteridade. Mas o que viria a ser essa tal alteridade? Nada mais é do que enxergar o outro, ver as suas diferenças e aceitá-lo como é. Alguns pensam que a inclusão é a saída para acabar com o preconceito e não aceitação da diversidade, e outros já pensam que não existe solução para o comportamento da sociedade mediante as diferenças.

De acordo com o artigo de Frei Betto (2002), quando o aluno especial chega à instituição de ensino o professor logo pensa que terá muito que ensinar, e isso não deixa de ser verdade, mas o pensamento para por aí. O educador comete um grande erro em não pensar que o aprendizado é mútuo, recíproco, isso é resultado de uma mente conservadora sem espaço para a diversidade, cheia de preconceito, e estamos tentando mudar isso a cada dia, tentando introduzir a alteridade na comunidade como um todo – Estado, família, igreja, escola e trabalho – para que possamos conviver numa sociedade mais igualitária.

A alteridade é uma palavra desconhecida por muitos, mas nada mais é do que reconhecer as singularidades do outro e respeitá-las. Como é dito no texto de Frei Betto, queremos “Comunidades de alteridade”, sem isso não podemos ter respeito pelo nosso companheiro, não podemos reconhecer o outro como um ser único e assim viver em desacordo com as pessoas que estão em nossa volta, pois a comunicação fica prejudicada. Queremos mudar a educação, de mil e uma formas, e para que isso ocorra é necessário a mudança em vários pontos do nosso pensar, do nosso falar, do nosso agir e do comportamento em geral.

Qual será a saída mais viável para que um dia o aluno especial seja tratado sem discriminação? A seguir, elencamos alguns tópicos com intuito de tecer algumas considerações sobre essa questão, pois sabemos que não há respostas prontas.

Diferença entre integração e inclusão

Para entender melhor sobre a nova forma de incluir o aluno com deficiência em turma regular, primeiramente devemos saber a diferença entre integração e inclusão. Pois bem, é muito simples, a integração é a adaptação do aluno às exigências da escola, ele é selecionado pela instituição de ensino, não são todos que conseguem uma vaga na escola. A inclusão é justamente o oposto, é a escola que se adapta conforme a necessidade do educando, eliminando qualquer forma de barreira para o melhor acesso, pelo menos deveria ser dessa forma. Vemos nitidamente que a integração era uma forma de colocar o aluno com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino, mas ao mesmo tempo preconceituosa, porque eles não ficavam com os outros ditos “normais”, eram montadas turmas separadas e também tinha uma série de dificuldades dentro da instituição, que não era adequada para recebê-lo.

Com base na análise da diferença entre integração e inclusão pode-se dizer que houve avanço na oferta da educação para alunos com deficiência, pois a socialização foi minimamente respeitada e considerada no processo de ensino/aprendizagem e as adaptações necessárias para promover o desenvolvimento do aluno, em parte, é de responsabilidade das redes de ensino.

Direitos

A garantia de direitos, seja ele qual for, sempre envolve leis e normas estabelecidas por autoridades e tem um processo burocrático. Existem as instituições responsáveis em cada caso em específico e, nesse caso a instituição escolar e a família são os pilares fundamentais na

garantia dos direitos da criança com deficiência. E com o que podemos nos orientar sobre o assunto? Foram criados documentos que estabelecem os direitos e deveres para as instituições e para a sociedade como um todo.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é um dos documentos, que corresponde, no Capítulo III da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, os direitos e deveres da família e da instituição escolar. Neste sentido, tem-se no art. 205 da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 1994, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, na Espanha, onde foi elaborado um documento pelos delegados do evento que dizia:

Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

O documento ficou conhecido como a Declaração de Salamanca, a nível internacional, um dos mais importantes sobre as práticas e políticas da educação especial. Nele são especificados os princípios que regem a proposta do documento, são eles:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças (UNESCO, 2009).

Outro documento é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste sentido, tem-se no parágrafo único de seu art. 53, *in verbis*:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno

desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
[...].

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Esse parágrafo pode ser associado ao que a mãe de Ana diz no terceiro bloco de questões da entrevista sobre inclusão escolar: “A burocracia da Regional e da escola foi um dos obstáculos. E conseguir uma turma reduzida e auxílio das professoras durante as atividades e informações sobre o que minha filha fez durante a aula, foram conquistas das mais difíceis”. A partir desse relato nota-se que a mãe teve que lutar para conseguir direitos primordiais para o acompanhamento do desenvolvimento global de uma criança com necessidades educacionais específicas.

Para que a prática pedagógica seja realizada com eficiência, é necessário que o professor conheça as necessidades do aluno e que tenha auxílio da família no acompanhamento do processo educativo e vemos claramente que isso não ocorreu e não ocorre no caso de Ana. O ECA, em seu art. 208, destaca, *in verbis*:

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I – do ensino obrigatório;

II – de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

[...].

O AEE organiza os recursos pedagógicos para melhor atender o aluno complementando a formação básica visando a autonomia do aluno, dentro e fora da instituição escolar. O atendimento é realizado no horário contrário das aulas e também é opcional por parte da família. Oferece tecnologia assistiva (TA), produz material didático, adapta o currículo e elabora atividades diferenciadas das que são trabalhadas em sala de aula.

Ana tem AEE no mesmo horário das aulas, duas vezes por semana, a pedido da família, pois ela fica sonolenta e cansada no período da tarde por causa da medicação que tem que tomar todos os dias. Não tenho informações de como são as atividades trabalhadas com ela durante o atendimento realizado na sala de recursos, mas segundo a mãe, o AEE está sendo muito importante para o desenvolvimento global de sua filha.

José Cretella Júnior (1991, p. 881-882) afirma:

[...] todo cidadão brasileiro tem o direito subjetivo público de exigir do Estado o cumprimento da prestação educacional, independentemente de vaga, sem seleção porque a regra jurídica constitucional o investiu nesse status, colocando o Estado, ao lado da família, no poder-dever de abrir a todos as portas das escolas públicas e, se não houver vagas nestas, das escolas privadas, pagando as bolsas aos estudantes.

Ainda destacamos o contido no inc. I do art. 206 da CF de 1988, *in verbis*:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
[...].

e o contido no art. 2º da Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, *in verbis*:

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

[...].

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

[...].

Esses são alguns direitos assegurados pelos ditames vigentes no Brasil. Sabemos que muitas leis apenas estão no papel, e que na prática não funcionam, vemos casos diariamente na TV, no rádio e em outros meios de comunicação, onde pais lutam para conseguir uma vaga para o filho estudar.

Exclusão tem solução?

No caso de Ana, a família luta diariamente para conquistar os direitos citados logo acima, ou seja, de acordo com a lei ela está incluída porque está matriculada, por outro lado é excluída a partir do momento que os direitos de aluna especial estão sendo privados, como por exemplo, a socialização com o restante da turma, a não adaptação curricular, a estrutura física da escola inadequada, entre outros aspectos.

A inclusão pode até ser uma solução para alguns problemas, como o acesso de alunos com deficiência na instituição de ensino, ter escolas adaptadas, mostrar ao educando dito “normal” que cada um tem a sua diferença, mas não resolve tudo, a coletividade é que vai proporcionar uma comunidade mais sensível e igualitária, família, comunidade, governo, sistemas de ensino, entre outras instituições que podem contribuir com esse objetivo.

A inclusão deve ocorrer somente na escola?

Devemos saber claramente que inclusão não deve haver somente na escola, pois é como disse anteriormente: para que haja uma sociedade sem discriminação é preciso da ajuda de cada um, seja de qual instituição pertencer. Precisamos de inclusão nas empresas, dar mais oportunidades de emprego, inclusão no trânsito, nas ruas onde as calçadas e edificações não são adequadas para um cadeirante e/ou deficiente visual, nos hospitais, entre outros lugares.

Portanto, a inclusão é a “bola da vez”, ou seja, é o nosso método e objetivo para mudarmos a acessibilidade defasada para nossas crianças e adultos especiais. Isso não significa que não devemos criar outras formas de mudar a situação, mas sim saber aproveitar e lutar pelas oportunidades e direitos que a nossa sociedade tem no momento. Muitas outras formas de ensino e de mudança virão, pois o nosso mundo está em constante renovação, e que saibamos transformar a nossa sociedade de uma forma mais diversificada e democrática.

Segundo Stainback (1999, p. 37), “o momento é de reestruturação da escola, e que só poderá se concretizar se os educadores se conscientizarem de que as salas de aulas inclusivas partem da filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar comunitária” e a luta da mãe de Ana por uma inclusão justa parte desse princípio, porque ela presenciou momentos de exclusão durante a trajetória escolar de sua filha. As experiências de Ana quanto criança com deficiência intelectual podem servir como exemplo para a aplicação da inclusão escolar de maneira mais eficiente e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, com base no estudo de caso, pode-se fazer uma análise geral, mas não definida de forma a encerrar o caso e obter conclusões imutáveis. Na primeira parte do referencial teórico a análise realizada foi a de que os comportamentos diferenciados de Ana em sala de aula podem ser relacionados com diversos fatores, como por exemplo, insegurança diante das atividades propostas pela professora, falta de adaptação curricular e de estrutura física da escola, comunicação ruim entre professora/aluna e escola/família. Todos esses aspectos citados influenciam de forma direta ou indireta na aprendizagem da aluna participante da pesquisa. No entanto, não somente isso, mas o pensamento pedagógico e atitudes do professor e as expectativas da mãe também são fundamentais para o desenvolvimento global da criança com deficiência intelectual.

A forma como é realizada a atividade pela criança, o lúdico e o material concreto fazem parte da constituição da aprendizagem e contribuem na motivação da criança em continuar na escola com satisfação, menciono essa análise porque em um dos relatos a mãe fala sobre a rejeição que a filha tem em relação a escola em um dado momento.

Entendo que a educação inclusiva é mais uma forma de tentar melhorar a qualidade do ensino, mas precisamos analisar quais as atividades que os alunos estão realizando e compartilhando com os colegas nas aulas, será que contemplam as expectativas de avanço do ensino? Sabemos que nenhuma escola funciona igual à outra, portanto será que o desempenho dos gestores e funcionários das escolas está sendo eficaz para que a educação inclusiva aconteça de fato ou os alunos são deixados nas escolas regulares sem nenhum objetivo para com eles? Essas são questões que devem ser discutidas com instâncias superiores para que os programas para melhoria do ensino sejam ao menos avaliados e analisados para sabermos se está sendo eficaz para a educação no Brasil.

PARTE 3

PERSPECTIVAS FUTURAS
Os desafios me tornarão mais forte

“Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. Temos de saber o que fomos para saber o que seremos.”

Paulo Freire

O curso de Pedagogia me proporcionou experiências fantásticas sobre o que é ser professor, facilitador, orientador. Não importa qual nome receberei quanto profissional, na verdade só quero poder contribuir na constituição de sujeitos que por ventura são ainda ingênuos quanto aos caminhos da escola, porém são cheios de vida para aprender aquilo que temos a oferecer e ensinar o que ainda é desconhecido por nós professores.

Acredito que a partir de agora as experiências serão mais desafiadoras, com gosto de expectativas e resultados, bons e não tão bons, mas é assim que se segue qualquer profissão, sem saber o que vamos encontrar pela frente, porém devemos ter força e coragem para progredir e melhorar as competências e habilidades para assim sermos saciados não pelos resultados de nosso trabalho, mas pela evolução dele.

Conhecer crianças com necessidades educacionais específicas despertou a minha curiosidade pela educação especial, área que há muito que melhorar e quero contribuir para isso, estudando, trabalhando e tendo experiências que sirvam não só para a minha profissão, mas também para aqueles que precisam do serviço educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: _____. **Notas de Literatura I**. Trad. de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003. Coleção Espírito Crítico.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: GONZÁLEZ REY, F. L. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CRETELLA JR, José. **Primeiras lições de Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GARCIA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade étnico-cultural**. Brasília, 2003.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO – GRUPPE. **Subjetividade e representações sociais dos saberes da experiência docente**. Brasília: UnB, 2013.

LAFELICE, Henrique. Adorno e o ensaio como forma. **Revista Filosofia**, São Paulo, ed. 37. 2012. Disponível em: <<http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/37/artigo263413-1.asp>>. Acesso em: 06 out. 2014.

ARAÚJO, Luana Silva. **As reivindicações feitas pelos profissionais da educação básica desde o ano de 1970 até os dias de hoje**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

LURIA, A. R. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. In: _____. **Curso de Psicologia Geral**. Trad. de Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v. I.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. 2011. Disponível em: <<http://www.josesilveira.com>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicol. Educ.**, n. 28, p. 169-195, 2009.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n 28, p. 138-161, 2008.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.** Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1979.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 2009.

VALMASEDA, Marian. **Os problemas de linguagem na escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ZIENTARSKI, Clarice. **Autogestão – dos movimentos sociais dos trabalhadores aos movimentos dos educadores – um olhar sobre o Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=859>. Acesso em: 10 mar. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE “A” – Planos de aula

Soma e subtração – 03/04/2014

Introdução

A soma e a subtração faz parte do cotidiano de qualquer pessoa, até mesmo das crianças. Desde a educação infantil deve ser apresentado às crianças os aspectos necessários do dia a dia para vivermos em sociedade, como por exemplo, quando vamos ao mercado precisamos fazer operações simples de matemática para sabermos qual produto está mais barato ou o valor da compra.

Justificativa

Há necessidade de trabalhar as operações matemáticas de forma lúdica, pois os números são bastante complexos para as crianças que ainda estão se familiarizando com a matemática e, é muito comum professores trabalharem apenas com o livro didático. A atividade com o dado e com o balão ajuda na coordenação motora, no aprendizado da soma e subtração,

Objetivos

- Facilitar o aprendizado da matemática com atividades lúdicas
- Reconhecer os sinais de soma e subtração
- Aprender a somar e subtrair
- Resolver operações simples de soma e subtração.

Metodologia

1º momento: fazer uma roda com os alunos e apresentar um dado e mostrar como é composto e perguntar quais são os sinais de soma e subtração.

2º momento: explicar o jogo (jogar o dado e anotar qual número ficou virado para cima duas vezes). Pedir para o aluno somar ou subtrair os dois números, se acertar a operação joga novamente os dados, se errar passa a vez para o colega ao lado (seguindo uma ordem, direita ou esquerda).

3º momento: jogar o dado duas vezes, somar ou subtrair os números que ficaram virados para cima com a ajuda de palitos de picolé e jogar o balão para cima a quantidade de vezes que deu o resultado da soma ou subtração.

4º momento: resolver os problemas no caderno que deverão estar escritos no quadro.

Avaliação

Resolução de problemas e formulação de questões no caderno, se alguém quiser fazer no quadro fica a critério do aluno.

Materiais: dado, balão e palitos de picolé.



Sequência Didática: Alfabeto e as Sílabas – 13, 20 e 22/05/2014

Introdução

Ao ensinar conteúdos escolares para crianças devemos sempre associar o ato de ensinar ao ato de brincar, pois as crianças brincam a todo instante e sempre aprendem algo com as atividades lúdicas, seja na escola, em casa ou em qualquer outro espaço.

Justificativa

É perceptível a dificuldade que os alunos têm de compreender o que é sílaba apenas com a fala do (a) professor (a), alguns até confundem com o nome “letra”, por isso que associar o conteúdo do currículo às atividades lúdicas é importante para que o aprendizado seja mais efetivo.

Objetivos

- Estimular a criatividade e imaginação
- Compreender a separação silábica

Metodologia

1º momento: leitura da história da “ Família do Alfabeto”, fazer perguntas sobre o texto lido (interpretação e socialização), perguntar quais são as vogais e consoantes e perguntar o que é sílaba.

2º momento: pedir para os alunos completarem a história criando o personagem que está faltando e criar um nome para ele iniciado com a letra “Z”.

3º momento: criar uma história de vida para o personagem.

4º momento: apresentação da história do personagem

5º momento: destacar do texto criado algumas palavras e fazer a separação silábica

Avaliação

Separação silábica de palavras retiradas do texto lido em sala de aula e escritas no caderno.

Materiais: Texto “A Família do Alfabeto” – Luana Silva Araujo

História:

A Família do Alfabeto

Era uma vez um homem que se chamava Alfabeto, ele vivia em uma casa enorme com seus 26 filhos e não tinha esposa. O nome de cada filho começava com uma letra diferente, somente o nome de dois filhos começava com a mesma letra. Os nomes eram: Amanda, Bruno, Caio, Diego, Andrew, Emilly, Fabiana, Guilherme, Hugo, Ítalo, João, Kevin, Luana, Marina, Nando, Otávio, Pedro, Querubim, Raul, Sabrina, Thallys, Ulisses, Vitor, Xuxa, Yago e Wesley.

Em um belo dia o Sr. Alfabeto estava em uma praça e uma Sra. perguntou-lhe:

- Bom di-a! O Sr. sa-be on-de fi-ca a Es-co-la Clas-se 25?
- Bom dia Sra! Sei sim. Fica a duas quadras daqui, quer que eu vá com contigo?
- A-gra-de-ço a gen-ti-le-za!
- Então vamos. Qual é o seu nome?
- Me cha-mo Sí-la-ba. E o se-nhor?
- Me chamo Alfabeto.

Então seguiram até a escola conversando bastante e ele pediu o telefone dela, pois estava muito interessado, apesar de achar bem estranho a forma como ela falava, bem devagar e separando as letras de cada palavra. Após dois meses, marcaram de se encontrar em um restaurante e o Sr. Alfabeto pediu a Sra. Sílabas em namoro. Depois de 6 meses se casaram e ela foi morar na casa do Sr. Alfabeto e os filhos dele também estranharam a forma como ela falava e, sempre se irritavam quando ela ia chamar algum deles, pois era assim:

- Ra-ul me traz o ba-ú e Jo-ão va-i com-prar o fei-jão.

Entretanto, mesmo com as diferenças conviviam bem. Por mais que tivesse muitos filhos o Sr. Alfabeto queria ter mais outro que o nome iniciasse com a letra “Z”, então a Sr. Sílabas engravidou e não sabiam qual nome colocar, então foram pedir a opinião dos familiares...

Sequência didática relaborada para proporcionar o compartilhamento de ideias entre os alunos e interação.

APÊNDICE “B” – Imagens registradas durante as intervenções pedagógicas

Imagens registradas durante a atividade que trabalhou a coordenação motora e a noção de ordem numérica adquiridas por Ana, no processo de intervenção pedagógica no ambiente familiar.

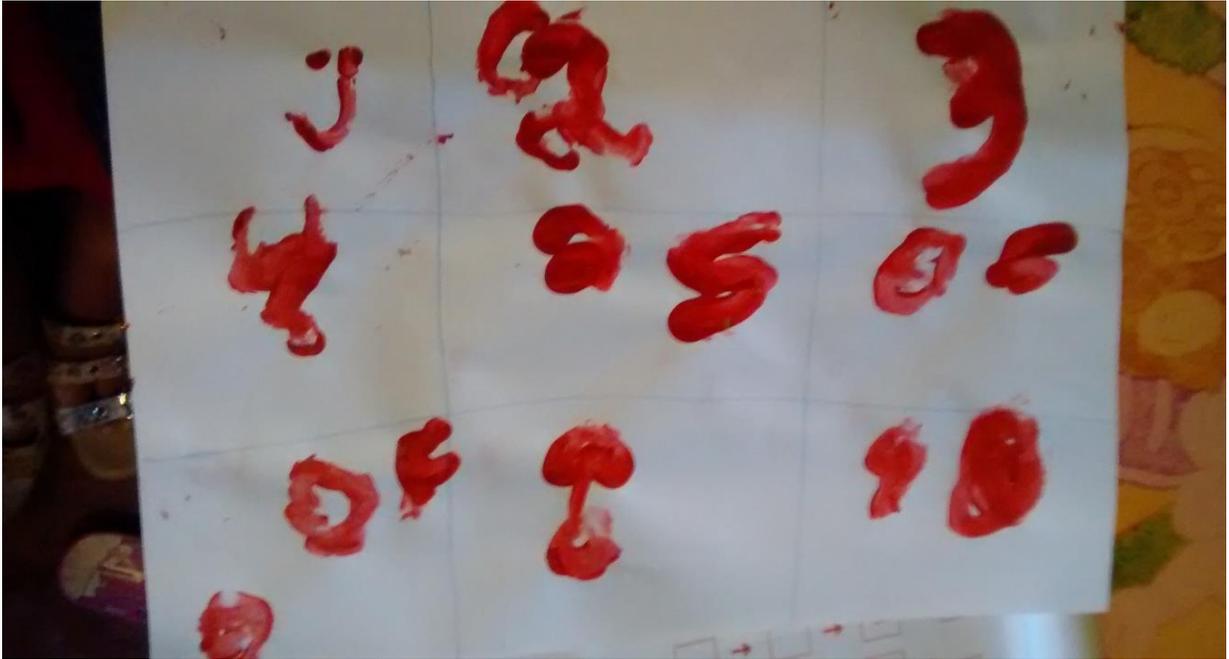


Imagem 1

Imagem registrada no momento em que Ana escreveu os números em ordem crescente na folha A4 com tinta.



Imagem 1

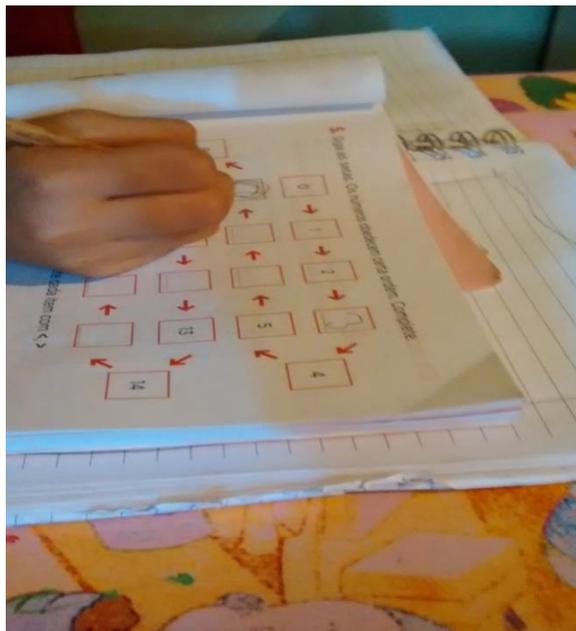


Imagem 2

As imagens 2 e 3 são referentes ao exercício de ordenação e identificação numérica realizado no ambiente familiar (realizado anteriormente no ambiente escolar com o auxílio da professora).



Imagem 3



Imagem 4

As imagens 4 e 5 são referentes à atividade lúdica com boliche, que trabalha a coordenação motora, força, equilíbrio, ordenação numérica, soma, subtração e noção espacial.

APÊNDICE “C” – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação

Departamento de Teoria e Fundamentos

PESQUISA: **Desafios e perspectivas da inclusão escolar:** estudo de caso de uma criança com deficiência intelectual no segundo ano do Ensino Fundamental

Autora: Luana Silva Araujo

Orientadora: Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a) do objetivo geral da pesquisa sobre o estudo de caso de uma criança com desenvolvimento atípico em situação de inclusão, realizada por Luana Silva Araujo³, aluna do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, matrícula UnB nº 11/0162501, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire⁴.

O trabalho consiste em acompanhar uma estudante de segundo ano do E. F. no espaço escolar e familiar para a construção de um estudo de caso. Para isso, o estudo contará com encontros periódicos de observação e intervenção pedagógica em dias combinados com a família e com a escola, entrevistas e/ou questionários com familiares, gestores, orientador (a) educacional, psicopedagoga e professores e análise documental da produção da criança se houver necessidade. As entrevistas com os participantes adultos serão individuais e serão, preferencialmente, gravadas em áudio.

A participação da aluna como sujeito do estudo de caso é totalmente voluntária e será garantido o sigilo do nome dela e de todos os participantes das entrevistas, como forma de preservar a identidade de cada um. Tenho ciência que poderei me retirar da pesquisa em qualquer momento.

Os benefícios recebidos serão em termos de produção de conhecimento, uma vez que possibilita refletir sobre os processos envolvidos no trabalho.

autorizo a criança a participar deste estudo

Local e data: _____

Nome da criança: _____

Nome do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Nome da escola: _____

RG ou CPF do(a) responsável pela escola: _____

Endereço da escola: _____ Telefone da escola: _____

3 Graduanda do curso de Pedagogia Luana Silva Araujo – E-mail:

4 Prof^ª Dr^ª Sandra Ferraz – E-mail:

APÊNDICE “B” – Roteiro de entrevista

- 1- O que acha sobre o método de ensino utilizado pela professora regente? Ela auxilia no desenvolvimento escolar de sua filha?
- 2- Falta algo na prática de ensino? O que?
- 3- Como define inclusão?
- 4- Qual seu ponto de vista sobre a inclusão de sua filha em turma regular?
- 5- Como acredita que deveria ser as aulas e/ou atividades para atender as necessidades de um aluno especial?
- 6- Há diferença no comportamento de sua filha do início do ano letivo para o momento atual? Qual?
- 7- Tem conhecimento sobre os direitos da criança com deficiência e sobre inclusão?
- 8- Os direitos de sua filha estão sendo assegurados?
- 9- Quais os desafios que você enfrentou diante do processo de inclusão?
- 10-Quais as suas expectativas em relação ao desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico/motor de sua filha?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR:

Estudo de caso de uma criança com Deficiência Intelectual
do segundo ano do Ensino Fundamental

LUANA SILVA ARAÚJO

BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO DE 2014